



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-BG REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2013.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e treze, instalou-se a 31ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, no Auditório da Nova Cedae, no Rio de Janeiro, com a presença de 26 membros e 21 convidados (conforme relação no final desta ata) e com a seguinte Pauta: 1. Leitura e aprovação da Ata da 30ª R.O.; 2. Aprovação do Relatório de Atividades realizadas pelo CBH-BG em 2011/2012; 3. Leitura e Aprovação das Resoluções encaminhadas pela CTIL; 4. Escolha da Delegação para representar o CBH-BG no ENCOB; 4a. Complemento dos Informes dos Subcomitês; 5. Encaminhamento da decisão da Plenária sobre o Despejo do Bota-Fora; 6. Articulação para indicação de membros do CBH-BG na Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos); 7. Criação do GT entre CBH-BG e Chesapeake Bay, no estado de Maryland (EUA); 8. Andamento da Operacionalização da Delegatária; 9. Encaminhamento das Resoluções da CTIG aprovadas pela Plenária; 10. Informes dos Subcomitês; 11. Informe das CTs; 12. Importância das Unidades de Conservação; 13. Assuntos Gerais. O Diretor-Geral, Sr. Jaime Azulay, iniciou a plenária cumprimentando a todos e chamando para a mesa o Dr. José Alexandre M. Mota, do Ministério Público Estadual, e a Dra. Tatiana Pollo, do Ministério Público Federal, destacando a importância de um Comitê de Bacia Hidrográfica. Informou que o objetivo da atual Diretoria é levar para o Executivo, seja este o Prefeito, seja o Secretário de Meio Ambiente, enfim, as autoridades executivas em geral, para que eles entendam que o Comitê de Bacia possa ser um caminho fácil e deliberativo de identificar com mais objetividade aquilo que o CBH-BG precisa fazer, e elencar as prioridades que estarão contidas no Plano de Bacia Hidrográfica do CBH-BG. O Diretor-Geral do CBH-BG ressaltou que todos os participantes estão ansiosos pela transparência, para que se possa definir e decidir quais são as ações e as propostas importantes para a recuperação do passivo ambiental que se sabe ser grande na Bacia da Baía de Guanabara e em todos os corpos hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Informou que este quadro não é resultado porque a CEDAE não quis fazer esgotamento sanitário, mas resultado de falta de gestão e de políticas de caráter errôneo, de não alinhamento com as necessidades daquilo que o povo precisa com aquilo que o governante vê. Afirmou, que pode se omitir, mas tem certeza que há pessoas de boa fé, e entendia a importância do papel da CEDAE. E, afirmou que sua ideia sempre foi de quanto mais visibilidade e credibilidade o Comitê tiver, mais reconhecimento este terá pela Sociedade. Depois do preâmbulo, o Diretor-Geral do CBH-BG agradeceu a presença dos representantes do Ministério Público Estadual e Federal. Dito isto, passou a palavra ao Diretor Secretário do CBH-BG, que propôs à Plenária, em razão da extrema relevância dos assuntos a serem tratados, que os dois primeiros itens da pauta fossem tratados na próxima Reunião Ordinária considerando o fato do Relatório de Atividades 2011-2012 ainda estar pendente de informações; e que se fizesse a leitura e aprovação dos pareceres da CTIL e, na sequência, os demais itens da Pauta com a antecipação do item 10, que se refere aos informes dos subcomitês, para ser relatado antecipadamente após o item 4. Aprovado por unanimidade. **1. Leitura e Aprovação das Resoluções da CTIL-** O Sr. Alexandre de Bonis (PMRJ), coordenador da CTIL, relatou que as minutas constantes na ordem do dia foram encaminhadas a todos os membros. Perguntou se havia necessidade de ler as



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

minutas na plenária, e esclareceu que como o Comitê não tem uma delegatária para executar o gasto desse recurso, o órgão responsável por lei por gerenciar os recursos é o INEA, e que anteriormente o próprio INEA contratou, com os recursos do Comitê, para atividades e eventos de secretaria do próprio Comitê; então, o INEA também pode aplicar esses recursos e utilizá-los para as necessidades do Comitê e este fará assim até que a delegatária entre em funcionamento. O Sr. de Bonis explicou que o recurso são para duas execuções: a primeira é para ajuda de custo dos membros do Comitê, para representação em eventos e outras atividades oficiais designadas pelo Comitê. Deu como exemplo o ENCOB que será realizado em outubro e que provavelmente o Comitê indicará algumas pessoas para atenderem ao evento. A proposta de Resolução no.11 foi aprovada por unanimidade. A segunda proposta de Resolução foi sobre o uso dos gastos da Diretoria, que dispõe de uma verba de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Após os debates, a proposta de Resolução no.12 foi aprovada por unanimidade. **2. Escolha da Delegação para representar o CBH-BG no ENCOB, a ocorrer na cidade de Porto Alegre, RS.** O Diretor-Geral, Sr. Jaime Azulay, informou que a Diretoria disponibilizou 8 (oito) vagas, sendo 1 (uma) vaga para cada representante de Subcomitê e 2 (duas) vagas para a Diretoria, assim, cada subcomitê deverá encaminhar um nome, decidido em Plenária. O recurso já está reservado para os 8 (oito) representantes e vai ser operacionalizado pelo INEA através da delegatária do CBH-Lago São João. O Diretor-Administrativo, Sr. Perrou, esclareceu que de fato essas vagas ainda não existem por não haver, ainda, a delegatária do Comitê tendo havido um esforço da Diretoria para consegui-las. Em seguida, o Diretor-Geral colocou em votação a forma de escolha da delegação que vai representar o CBH-BG no ENCOB, sendo a escolha feita por indicação soberana de cada subcomitê. A proposta foi aprovada por unanimidade. **3. Informes dos Subcomitês.** A Coordenadora do Subcomitê Jacarepaguá, Sra. Suzanna Barros, agradeceu a presença dos representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, enfatizando a relevância da presença destes, e destacou haver uma perplexidade do Subcomitê de Jacarepaguá decorrente de uma dragagem que surgiu de repente e que a insatisfação da sociedade local poderia ter sido evitada se o assunto tivesse sido debatido preliminarmente no Subcomitê, haja visto ser uma intervenção em um corpo hídrico, e a legislação colocar o papel de coordenação dos diversos vetores de intervenção a cargo dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Salientou que esta é uma preocupação comum a todos os subcomitês, no sentido de, juntos, através do diálogo, construir uma política de recursos hídricos transparente e democrática. Destacou que os órgãos de licenciamento precisam, definitivamente, entender a importância do diálogo; e que a sociedade não aceita mais ser surpreendida por obras não informadas. Destacou que o sistema lagunar de Jacarepaguá é o principal vetor de expansão da cidade e está diariamente sofrendo agressões que têm que de alguma maneira ser consultadas, discutidas, apresentadas para que o Subcomitê de Bacia não fique como um fantoche. Informou que já havia recebido questionamentos do Ministério Público sobre as intervenções que estavam ocorrendo na região da Barra da Tijuca sobre se o Comitê teria ciência das intervenções. Só que, segundo a Coordenadora do SC Jacarepaguá, o Comitê não foi consultado pelo órgão público sobre aquela intervenção. Informou que o Comitê obteve o relatório ambiental simplificado por que foi atrás, mas que o órgão público não apresentou ou consultou o Comitê para saber sua opinião. A Sra. Barros informou que a dragagem é uma montanha de areia que está sendo retirada para ser levada pra recuperação ambiental da praia de Sepetiba, e que já deve estar até maior,



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

por que essa fossa já tinha cerca de um mês e a dragagem está causando o assoreamento da Praia dos Amores. Destacou que são vários impactos que estão sendo causados e que, no futuro, haverá mais impactos por que existe uma deriva oceânica na foz de qualquer rio, aquela areia uma hora está lá fora, outra hora ela entra, e é para isso que ela está ali. E indagou se isso foi realmente estudado, mas não foi apresentado para o Comitê, e que gostaria de, pelo menos, ser consultada. Seguiu-se uma dúvida sobre o destino da areia e a Sra. Barros informou que a areia está sendo mandada para a Praia de Sepetiba para recuperá-la. Questionada sobre se a lei determina que sendo dragagem tem que ficar na região da bacia hidrográfica, a Sra. Suzana informou que tal questionamento dever ser feito ao órgão ambiental que deu a licença. E seu intuito era que o Comitê de Bacia fosse tratado de acordo com o que a lei diz. E continuou dizendo que por ser do órgão ambiental, do INEA, custava muito a ela fazer essa denúncia. Reforçou que a Secretária do Meio Ambiente do município do Rio de Janeiro também não tinha ciência dessa dragagem. A Sra. Suzana Barros indicou que a partir deste episódio espera que o comportamento do órgão ambiental seja outro pois, destacou, existe uma legislação que tem que ser cumprida, e se está brincando de fazer parte do CBH e esse papel ela não iria fazer. O Diretor-Geral agradeceu a contribuição da Coordenadora do Subcomitê Jacarepaguá e afirmou ser muito importante o que ela apresentou. A Sra. Suzana Barros convidou os Ministérios Públicos Estadual e Federal a fazer parte do subcomitê, informando que haverá eleições no subcomitê em novembro, e ressaltou a necessidade de o subcomitê ter legitimidade. O Diretor-Geral apoiou a posição da Sra. Barros e complementou que além do convite aos Ministérios Públicos Estadual e Federal para a plenária do CBH-BG, considerava também relevante o Legislativo municipal estar presente por ter ação direta na cidade do Rio de Janeiro. Ressaltou, ainda, que o Comitê esta procurando o diálogo com o órgão gestor dos recursos hídricos no estado e que se achará um caminho pacífico, pois, obviamente, enfatizou, o Comitê não tem poder de decisão de mandar um ofício para o INEA dizendo para este parar a obra. O que o CBH-BG vai fazer junto ao INEA, argumentou o Diretor-Geral, é questionar e procurar uma interlocução com o órgão ambiental para que a lei seja cumprida. O Diretor-geral informou que o poder legislativo não se fez presente à plenária, apesar do convite, e que a Diretoria do CBH-BG vai encaminhar um ofício ao INEA anexando toda essa documentação. Complementou sua fala informando que se deve esperar o posicionamento do Comitê, e aí sim tomar uma posição, como já havia sido feito com o problema do Bota-Fora, isto é, foi solicitada pelo Comitê a suspensão do Bota-Fora, que foi suspenso pelo INEA. Dito isso, o Diretor-Geral passou a palavra ao Sr. Roberto, Coordenador do Subcomitê Leste, que afirmou que apoia a posição da Sra. Barros, pois o Comitê foi instituído pela Lei Federal 9.433 e foi regulamentado pela Lei Estadual 3.239, tendo função deliberativa, sendo que o foro de discussão de qualquer intervenção nas bacias hidrográficas são os Comitês, e no caso da Baía de Guanabara, este Comitê. Informou que já foram realizadas várias reuniões pedindo ao Comitê que oficiasse aos órgãos públicos, o INEA como licenciador que antes deste emitir a licença ambiental trouxesse esses grandes empreendimentos ao conhecimento do Comitê e do Subcomitê para que se possa discutir e, através do diálogo, formar uma opinião para ver se o projeto realmente é um projeto que vai trazer impactos reversíveis. Lembrou que há esse mesmo problema no Subcomitê Leste com a Represa do Guapi-Açu. Há dois anos estão oficiando a SEA e esta ainda não apresentou o projeto. O Coordenador do SC Leste considera que em certos casos o Comitê pode pedir a suspensão provisória do projeto até que este seja discutido, já



COMITÉ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

que não foi discutido anteriormente. Foi passada a palavra para a Diretora-Administrativa e representante do INEA, a Sra. Gláucia Freitas Sampaio, que afirmou ser o Comitê um espaço importante, e lhe causava um pouco de estranheza esse assunto estar chegando nesse momento e ela não ter conhecimento prévio dos assuntos tratados na Plenária. Informou o esforço feito para dentro do INEA de identificar o Comitê como um órgão a ser respeitado, e citou o exemplo dado da suspensão, pelo INEA, de uma dragagem por solicitação do Comitê. Complementou informando que buscará no INEA as informações para o assunto trazido pela Sra. Suzana Barros. Por sua vez, a Sra. Suzana Barros retomou a palavra informando que levou 3 (três) semanas para conseguir a informação sobre a obra a ser licenciada pelo INEA, com licença ambiental, e licença da Marinha para a segurança da embarcação. Tendo as duas licenças, a Sra. Suzana Barros reclamou que como Subcomitê e Comitê de Bacia não foi consultada, tendo sido bombardeada na plenária pelos membros do seu plenário porque ela não soube informar a eles, e só conseguiu a informação depois. Informou que a obra não tinha placa e que várias pessoas foram ao local. Só quando a Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro foi lá com uma intimação é que se conseguiu, dois dias depois, a licença por e-mail. E ressaltou que tem, como coordenadora do subcomitê Jacarepaguá e moradora da região, a obrigação de lutar pela transparência e o diálogo. Destacou que o trabalho do Subcomitê é exatamente esse: trazer esses problemas à baila para que se possa focar nesse trabalho de busca aos pactos. Após isto, foi passada a palavra ao Sr. Carlos Viveiros, Coordenador do Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas. Disse estar surpreso com o fato da Sra. Suzana Barros, que tem intensa atividade em uma série de planejamentos pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos feitos nos seus primórdios, pelo Corredor Ecológico, pelo PDBG etc., seja surpreendida com essas questões em que o INEA não reconhece o subcomitê como autoridade com competência para atuar diante das intervenções. Sintetizando a sua posição, o Sr. Viveiros afirmou que os coordenadores de subcomitês do CBH-BG não são informados, via de regra, pelo INEA, sobre os projetos de intervenções a serem feitos e aqueles em curso. Citou o sistema Lagunar de Maricá sob o reflexo das intervenções do Comperj sem que o subcomitê de lá tivesse conhecimento ou fosse consultado. Completou informando que no subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas a questão é a intervenção naquele sistema lagunar com a implantação dos dutos afogados e que o subcomitê nunca tomou conhecimento, foi informado ou foi chamado para uma discussão. Nos últimos 8 (oito) meses, destacou, tem tentado obter junto ao INEA a apresentação do projeto de revitalização da Lagoa Rodrigo de Freitas dos dutos afogados e que tem ouvido todas as desculpas possíveis e imagináveis. Informou que tem discutido com o Sr. Bessa (Petrobrás), a Sra. Regina e com outros sobre a questão do poder público não reconhecer o comitê da região hidrográfica da Baía de Guanabara como o ente não governamental de Estado com competência para intervir em todas essas intervenções que são feitas. Após sua reflexão, solicitou ao Diretor-Geral uma reunião plenária especialmente com a participação dos conselheiros do CBH-BG com experiência sobre as intervenções em curso para que se chegue à conclusão sobre a verdadeira natureza jurídica do subcomitê. Destacou o Sr. Viveiros que não adiantava ter o MP e a Câmara dos Vereadores presentes à plenária se os subcomitês continuarem fragilizados não sabendo até aonde eles podem ir e cobrar do INEA pelo menos uma informação sobre uma intervenção que vai ser realizada. O Diretor-Geral enfatizou que sua intenção, ao convidar os MPs Estadual e Federal, foi para dirimir a dúvida jurídica da competência



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

do CBH-BG. 4. Encaminhamento referente ao despejo do Bota-Fora. Com relação a este ponto da pauta, o Diretor-Geral sugeriu que pelo adiantado da hora, e sendo o assunto de interesse dos subcomitês de Maricá e Itaipu, passaria a palavra ao Dr. José Alexandre Mota (MPE), deixando a intervenção destes subcomitês para serem apresentadas após esta explanação. Após cumprimentar a todos os presentes, o representante do MPE se dispôs a proceder a uma análise breve sobre o histórico da dragagem e os impactos não só no ambiente natural como no ambiente socioeconômico das atividades de dragagem, e conseqüentemente, o lançamento do descarte desse material dragado nos pontos de descartes oceânicos chamados de Bota-Foras; principalmente em relação ao objeto do inquérito civil, que é o monitoramento, ou seja, da fiscalização até o descarte. E, por fim, se o órgão ambiental está exercendo o seu poder de polícia. Continuou dizendo que o segundo aspecto, que é o mais importante dentro do inquérito civil, é justamente sobre a viabilidade do local, o ponto F. Lembrou o caso no seu aspecto jurídico informando que o inquérito foi instaurado nos idos de 2004 e a comunidade de Niterói atuou de forma participativa dele. Desde a abertura do inquérito, o seu objetivo foi justamente saber se o licenciamento dessas atividades estava observando a legislação ambiental. E prosseguiu informando que a partir de uma análise do grupo técnico, o GATE/MPE, mais ou menos em 2005/2007, foi concluído que era necessária uma visão do todo, ou seja, uma visão não fragmentada sobre cada um desses empreendimentos que ocorrem no interior da Baía de Guanabara. E que era necessária uma análise da atividade de sinergia. A partir de uma série de reuniões que o Sr. Alexandre Mota teve com o INEA, finalmente em 2010 ou em 2011 foi expedida a recomendação para que fosse feita uma análise ambiental integrada. O INEA, no final de 2012, acatou que se deveria considerar todo o volume dragado e não só cada um dos empreendimentos, diferentemente do que foi feito no COMPERJ. Foi estabelecido, então, um Termo de Referência para essa avaliação ambiental integrada. O Termo de Referência ou Instrução Técnica, informou o representante do MPE, seria a lei que vai balizar esse estudo como se fosse um regramento, um regulamento da Avaliação Ambiental Integrada. Essa Avaliação Ambiental Integrada é composta de diversas fases, com o encaminhamento desse caso para GAEMA, o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente. O GAEMA, explicou o Sr. José Alexandre, foi criado na primeira semana do RIO+20, atuando a partir da instauração de inquérito civil com coautoria de atribuição; por exemplo, na Capital há quatro. O MPERJ, recebendo uma determinada demanda, uma representação, instaura um processo civil e verificando a complexidade do caso a ser tratado, se entender que precisa de uma força-tarefa, remete para o GAEMA, esse grupo de atuação especializada, que tem o mesmo privilégio de trabalhar com o GATE, que é o grupo técnico. Citou o Sr. José Alexandre Mota o caso do Porto Maravilha, do Autódromo de Deodoro, os grandes casos ambientais; até mesmo a linha 4 do Metrô do RJ, que demandam uma análise de EIA-RIMA mais elaborados. O representante do MPE fez um parênteses em sua apresentação para informar à Sra. Suzana Barros que a representação que ela encaminhou ao MP será levada às promotorias da atribuição para se saber se já existe inquérito instaurado. Informou que após o Termo de Referência, o MPE-GAEMA procura saber se a Avaliação Ambiental Integrada foi concluída. Informou que já esteve em três reuniões com o INEA; com o Sr. Alexandre Braga, da secretaria do CBH-BG; com a Interdragas, já que são as empresas de consultoria que têm feito esses estudos, e considera que se conseguiu um cenário mais falho. Continuou informando que tal matéria é muito interdisciplinar, ela demanda a presença de



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

biólogos, oceanógrafos e de engenheiros. Informou que foi solicitado à Interdragas que encaminhasse os estudos da Avaliação Ambiental Integrada. Segundo ele, cada um desses empreendimentos precisa de um EIA-RIMA e a atividade de dragagem não é a atividade-fim, geralmente, ela é uma atividade incidental ao empreendimento, por exemplo, como o COMPERJ. Então o descarte vem como condicionante da licença de instalação. Informou que o MPE-GAEMA trabalhou com a ideia de que se o estudo de impacto ambiental para esses empreendimentos era necessário, e se todos eles utilizariam todos os pontos de Bota-Fora, a Avaliação Ambiental Integrada entraria como um estudo que deveria realizar um somatório dessas intervenções naquele ponto de Bota-Fora. Salientou ser ela de suma importância por que ela tem a visão do todo, sendo muito diferente de se trabalhar com cada EIA-RIMA fracionado. E a análise que o MP chegou depois de 2 (dois) pareceres técnicos da equipe do MPE com o GATE/MPE é de que o estudo da Interdragas, tanto o preliminar quanto o segundo, é que as etapas da Avaliação Ambiental Integrada não foram concluídas, até mesmo aquelas que parcialmente foram realizadas nas fases um e dois; elas apresentam algumas inconsistências, algumas falhas. Continuou informando que do ponto de vista do diagnóstico da área, para não se repetir os erros do passado em relação ao ponto G e ao ponto A/B/C, não foi utilizado. Desta forma, acentuou o Sr. José Alexandre Mota, é necessário ter a caracterização da área antes mesmo do lançamento, fase esta chamada de diagnóstico ou diagnose. E, também, o caso do licenciamento, que é o prognóstico, ou seja, como a atividade de descarte vai impactar aquele ecossistema e o impacto socioeconômico na sociedade, sobre a comunidade pesqueira. Passou então a palavra para integrantes do GATE/MPE para informarem os apontamentos e as omissões encontradas da razão do estudo ter sido considerado incompleto pela equipe técnica do MPE. Informou que, inclusive, na última reunião que o MPE teve no INEA, mais ou menos há um mês, foi reconhecido que os estudos realmente precisavam da Avaliação Ambiental Integrada como um todo. Ressaltou que quando o MPE fala em atender à legislação não é só a Resolução no trato do EIA-RIMA, mas também o que trata especificamente de dragagem. E que assim decidido, o MPE encaminhou os pareceres até mesmo para a sociedade civil, na figura dos representantes da Sociedade Pesqueira-FAPESCA-, e foram além, para que tivessem a opinião de diversas pessoas no Brasil inteiro, publicaram no portal Rede Ambiente Participativo todos os documentos desse inquérito civil. Informou a todos que queiram participar, que entrem nessa plataforma criada na internet que tem os pareceres do MPE e os estudos da Interdragas. Ressaltou que isto foi feito para dar transparência às ações do MPE e também para capitanear, absorver e receber os comentários da sociedade civil. Destacou, inclusive, que o MPE tem estreitado os laços até com o Laboratório de Biologia Marinha da UFF que, com certeza, segundo ele, vai ser um importante parceiro para trazer comentários para a equipe técnica do MPE. O objetivo do MPE, informou, é disponibilizar no *website* um aporte de vários especialistas e dos pareceres técnicos. Destacou que o MPE ficou confortável, seguro e feliz em saber que o Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara anda na mesma linha, que é basicamente o Princípio da Precaução Ambiental, ou seja, explicou, se você tem dúvida sobre os impactos da atividade em um meio, você adota cautelas necessárias e estudos prévios antes mesmo da operação daquela atividade. Informou o Sr. José Alexandre Mota que dentro das áreas escolhidas foi feito um estudo comparativo de qual seria a melhor área e que o grupo do MPE enveredou por considerar um estudo de alternativa como um capítulo integrante do EIA-RIMA para a dispersão da pruma, uma vez colocado o sedimento. Com essa análise do parecer do MPE-GATE dessa



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

semana, o MPE iria encaminhar novamente o ofício para o CBH-BG e ao INEA com uma recomendação para que essa Avaliação Ambiental Integrada fosse concluída, até mesmo seguindo o Princípio da Precaução, considerando que se passou um pouquinho mais de um ano desde a Avaliação Ambiental Integrada. O MPE entende que autorizar a atividade sem a conclusão desses estudos não se coaduna com o jurídico. Destacou que é este o sentido que o MPE quer dar à questão e os instrumentos que possui para convencer o órgão ambiental ou empreendedor são vários, ou seja, inicialmente a recomendação e, se for o caso, uma ação civil pública. O que o MPE pretende obter, afirmou o Sr. José Alexandre Mota, é que se demonstre, através de novos estudos, que a área é sim, ambientalmente viável, ou se não é essa área, outra área seja apresentada, desde que fique caracterizada a viabilidade ambiental dessa área. E finalizou sua apresentação concluindo que com os estudos apresentados, não houve o diagnóstico seguro sobre a viabilidade ambiental dessa área para receber esse aporte, destacando que a matéria é complexa. Passou a palavra para a equipe técnica do MPE-GATE, para que falasse da inconsistência do estudo. O primeiro a falar foi João Ricardo, que apresentou a colega Simone como sendo os membros da elaboração do parecer de número 212/2013. E informou que na primeira apresentação, a Interdragas apresentou um pré-projeto que tinha o objetivo de fazer a caracterização da área. Depois a empresa apresentou um segundo projeto. O Sr. João Ricardo informou que se alguém da plenária acessar a Rede Ambiente Participativo num item chamado dragagem, vai ver que tem os dois estudos, até por que houve um parecer deles quanto à ausência de determinadas informações, a incapacidade do estudo em ser pleno. O segundo estudo representa o relatório completo e sobre ele o Sr. João Ricardo falaria. Informou os pontos que são importantes a serem identificados, e que foram divididos em duas etapas para atender à solicitação do promotor: a primeira etapa são considerações acerca do próprio Termo de Referência, e algumas omissões. E a segunda etapa é frente ao Termo de Referência, aquele documento que foi utilizado como regra para ser criado o estudo. A equipe identificou que o INEA mencionou cinco fases do estudo; basicamente a primeira fase é o plano e o planejamento, a segunda fase seria um levantamento; a terceira fase já seria a construção de um diagnóstico desse P0 que o Sr. José Alexandre fez referência, e a partir da quarta fase se teria uma identificação dos impactos ambientais. Seguiu informando que este é o ponto em que se integram todas as informações, e a partir da integração dessas informações, se identifica perfeitamente o conjunto de impactos e aí se pode, uma vez identificados os impactos, prever as medidas mitigadoras e compensatórias. Preliminarmente, informou o Sr. João Ricardo, foi identificado o primeiro problema que foi a própria escolha do ponto de descarte. Em contato com o MP e com a Comunidade Pesqueira se identificou que o Termo de Referência priorizava, dentre outros fatores, a questão social, as comunidades pesqueiras. E o próprio Termo de Referência já informa que "conforme identificado junto à comunidade pesqueira, o ponto de Bota-Fora deve ser mais indicado" e comparando a informação com a própria comunidade pesqueira não foi identificada essa informação, então já havia aí, segundo o Sr. João Ricardo, uma primeira contradição estrutural. Além disso, disse o Sr. João Ricardo, o INEA não comprovou que o próprio ponto de Bota-Fora era o ponto menos impactante, pois ao se definir o ponto como o menos impactante, pode-se proceder a um estudo complementar que seria a Avaliação Ambiental Integrada e essa avaliação cobriria todos os processos de dragagem e, conseqüentemente, iria direcioná-los para uma área e fazer um estudo de sinergia na conformidade. O Sr. João Ricardo enumerou as



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

incoerências encontradas como, p.ex., a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) só valer uma vez quando completa um estudo integral validado pelo próprio INEA; ela seria um subsídio necessário à criação de medidas mitigatórias e compensatórias necessárias. Ou seja, uma vez que se identificam todos os impactos e se vê as melhores medidas, cria-se um plano para ver esses impactos. O problema, salientou o Sr. João Ricardo, é que esse estudo não foi terminado como o MPE comprovou no parecer, sendo que o processo do material no Protocolo já foi reiniciado, ou seja, as licenças já foram suspensas, então, surge outra incoerência, já que o órgão não está utilizando o Princípio da Precaução. Nesse caso se está gerando impacto sem apresentar medida preventiva mais adequada. Ao identificar por etapa, o MPE percebeu que houve erros, afirmou o Sr. João Ricardo, em relação à questão da própria bibliografia utilizada pela empresa de consultoria, uma bibliografia genérica ao invés de usar bibliografia específica em relação à área. Além disso, o levantamento feito junto à comunidade pesqueira também é um levantamento genérico. Destacou que um dos últimos itens presentes no Termo de Referência é exatamente sobre a questão participativa, como fazer um processo de fiscalização integrada. Destacou que o órgão de fiscalização, ou qualquer outro órgão do governo, nunca é capaz de implementar 100% um melhor mecanismo de fiscalização, e teria que haver no Termo de Referência a proposta de mecanismo de cooperação com a sociedade civil. Só que este grupo não estava criado, e nem definido. E também não haviam sido minimamente definidos todos os segmentos de embarque. Informou que o estudo tem tanta inconsistência que não incorpora os estudos de impacto ambiental que tinham na área. Para ele, o estudo é muito fraco, sendo, neste ponto, incipiente de informações mínimas para complementar. Após a apresentação do Sr. João Ricardo, passou a palavra para a Sra. Simone, integrante do grupo técnico do MPE. Apresentou-se como bióloga e informou que o estudo não tinha nenhuma complementação na parte biótica, constando no estudo apenas os dados de uma coleta pontual, de um dia de coleta, tanto para peixe, quanto para planta, para tudo; e constam só os resultados. Segunda ela, não houve um diagnóstico, uma discussão dos dados. Destacou que está presente na literatura de pesca de camarão que a área de cinquenta metros é uma área bastante rica para camarão rosa e para várias outras espécies, e em momento nenhum isso é discutido no estudo. Nem mesmo foi feito qualquer tipo de levantamento da bibliografia sobre a área estabelecida. E ela considera como primeiro ponto a ser levado a sério, e o estudo nem toca nesse assunto. Segundo a Sra. Simone, o estudo faz um arrasto de fundo, simplesmente para fazer análise do metal pesado, e em nenhum momento o recurso pesqueiro é analisado no estudo. Informou que há fotos dos arrastos por que se pode ver um monte de espécie de crustáceo e de estrelas do mar; vários tipos que não foram nem sequer citados, se foram descartados ou não, mas ela afirmou saber que o estudo não levou em consideração esse grupo. Os recursos pesqueiros não foram sequer tema dos estudos, o arrasto foi simplesmente para se levantar as espécies mais abundantes de forma a se avaliar o material pesado. Então, não se tem informação sobre o recurso pesqueiro da área, quando se sabe que na literatura tem bastante informação sobre a riqueza da área, e que o estudo não contemplou. Assinalou outros problemas que observou, como a TL estabelecer que tenha que se fazer um mapeamento das áreas mais sensíveis como, por exemplo, as Ilhas Cagarras, pontos de pesca, mas o estudo não faz nenhum mapeamento sobre nenhuma área do entorno. Destacou que esses eram os pontos principais e finalizou suas observações. Foi informado o endereço do RAP para que se possa ter acesso a esses



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

documentos: www.rap.gov.br. 4a. **Complemento dos Informes dos Subcomitês.** Com a palavra, a Coordenadora do Subcomitê Maricá, Sra. Flávia Lanari, que destacou a referência à sinergia e ser necessário haver uma forma holística na abordagem dos impasses. Citou o exemplo de Maricá, que afirma estar altamente impactada, por isso o que ocorre na região da extrema vizinhança, que é Itaipu e Piratininga, com a chegada de todas essas coisas nas Ilhas de Maricá etc, e, por isso, destaca, a questão das correntes marítimas. Comentou que a referência feita à sinergia, levou a ela a pensar no Emissário Submarino do COMPERJ sobre o qual não se consegue a senha complementar, que foi revista e modificada; inclusive, a distância da parte de desembocadura do empreendimento -o que iria ser de 2 km, ficou para 4 km, mas nem o INEA, nem o COMPERJ apresentam as informações. Já são mais de 6 (seis) meses em que ela tenta obter essa informação. E enfatizou que sempre preocupou muito Maricá, e que também vai afetar Itaipu e Piratininga, é esse Emissário Submarino do COMPERJ. Este, segundo a Sra. Flávia Lanari, vai trazer praticamente uma tabela periódica completa, apesar de não constar no último EIA o quê foi feito, porquê foi feito, o que vai ser jogado no mar de Maricá, mais especificamente em Itaipuaçu; assinalou que é uma coleção completa de metais pesados. E indicou que os estudos não levaram em consideração a parada da corrente. Eles estão querendo utilizar essas correntes para dispersar, que são correntes que trazem toda a riqueza de micro fauna lá de baixo, que é a corrente das Malvinas, e ao mesmo tempo, tem outra que desce, que é corrente do Brasil ou do Nordeste. Afirmou que está havendo uma falta de critério assustadora por parte do INEA, que é um caso quase de polícia, sob seu ponto de vista. Afirmou que a impressão que dá, sobre a questão do Bota-Fora, é que fazem um uni-du-ni-tê e vai se ver o que dá, sem existir um estudo, assim como não houve o estudo do COMPERJ. Saliencia que foi com o aval do INEA, quando ele foi lá fazer a audiência pública. Nesta, disse a Sra. Lanari, se discutiu com o INEA, de igual para igual, com argumentos técnicos, o Bota-Fora dos efluentes químicos do COMPERJ. Refletiu sobre o fato de haver Reserva Extrativista, e o que os pescadores iriam extrair, peixe envenenado? Solicitou ao MP estadual que ajudasse os moradores do Parque Estadual da Tiririca - já que também eles têm a parte marinha-, junto ao INEA, este estando mais preocupado, segundo ela, com a política do que com a questão técnica, já que considera haver pelo INEA falta de critério também nessas outras intervenções. Salienciou seu receio sobre os impactos que a água costeira vai causar nos sistemas lagunares que são interligados ao mar. Com a palavra, a Coordenadora do Subcomitê Itaipu/Piratininga (CLIP), a Sra. Katia Vallado, que agradeceu ao Comitê, e afirmou que presenciava um momento de mudanças. E mudanças, principalmente pelo fortalecimento do diálogo. Informou que tal tema foi abordado, primeiramente pelo subcomitê, e que foram diversas as Plenárias nas quais o assunto foi discutido, com a presença, inclusive, da SEA. O subcomitê conseguiu, naquele momento, pela força do diálogo, uma paralisação e uma promessa de estudos. Por um tempo, o subcomitê também conseguiu que o ponto F não fosse utilizado. Destacou o grande apoio da Universidade Federal Fluminense, através do LAGEMAR, que é parte da plenária do CLIP, e que foi montada uma equipe multidisciplinar unindo pescadores artesanais e a colônia Z-7, ou seja, um diálogo unindo o conhecimento da população que vive da pesca ao da Universidade, destacou. A área de Itaipu-Piratininga foi extremamente impactada, afirmou a Sra. Kátia Vallado, foram meses e meses sem poder utilizar a praia, a pesca foi totalmente impactada, teve pessoas que chegaram a chorar desesperados por que conseguirem mais pescar, as redes todas foram destruídas,



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

então, foi um momento de construção de um pacto entre os diversos atores. Enfim, salientou a Sra. Vallado, em função disso, o subcomitê aprovou em agosto do ano passado (2012), na plenária do CBH-BG, um projeto de diagnóstico da real situação, dos pontos já impactados, no entanto, o projeto ainda não foi iniciado. Se o tivesse sido, ressaltou, teríamos, hoje, um diagnóstico da situação real, um *baseline* transparente, antes de se reiniciar as atividades. Considerou inadmissível que o projeto, tão relevante, tenha sido aprovado pela Plenária e tenha sido postergado. E solicitou que o projeto seja iniciado o mais breve possível, pois ele dará um subsídio concreto à questão do descarte. Agradeceu ao promotor do MPE e sua equipe pela dedicação a este tema. Após a Sra. Kátia Vallado, falou o representante do Subcomitê Oeste, o Sr. Sergio Ricardo (Olhar do Manguê). Saudou o CBH-BG por ter debatido o tema nesta e na reunião passada de forma muito madura e que complementaria as análises que o MP fez. Também parabenizou o MP. E informou ter trazido documentação sobre o tema, mas ressaltou que a discussão está atrasada há nove anos. Apresentou um documento de quando foi feito o EIA-RIMA do Porto do Rio, elaborado pelo professor Elmo Amador. Aproveitou o Sr. Sergio Ricardo para fazer um convite a todos para estarem presentes na segunda-feira, para o lançamento do livro do professor Elmo Amador na Fundação Progresso, às 18hs, convite este reforçado pelo desejo da esposa do Sr. Amador para que o CBH-BG esteja presente no lançamento do livro. Informou o Sr. Sergio Ricardo que à época foi realizada uma audiência pública, provavelmente ainda era FEEMA, sobre o Porto do Rio que foi completamente manipulada, como muitas aqui no Rio de Janeiro, em que a participação popular é só figurativa, acentuou. E, na época, continuou o Sr. Sergio Ricardo, o professor Elmo Amador fez um longo documento. O documento foi apresentado e deixado pelo Sr. Sergio Ricardo como presente para a memória do Comitê. O Sr. Sergio Ricardo informou que o documento tem mais de vinte páginas e demonstra a inconsistência do EIA-RIMA. Além disso, reclamou o representante do SC Oeste, recentemente nada foi feito, nenhuma providência foi tomada e destacou dois pontos relevantes para ele: um, solicitou a atuação do MP. Informou que conversara no dia anterior com o Defensor Geral, e toda análise que foi feita pelos ambientalistas da época, e os laudos do MP informam, assinalou, que não foi prevista nenhuma compensação ambiental à pesca artesanal. Destacou que o pescador está há nove anos sem renda, sem trabalho, vivendo em uma condição de miserabilidade, sendo essa a realidade do pescador na Baía de Sepetiba e na Baía de Guanabara, tendo essas dragagens provocando este quadro. Neste sentido, considerou a ação do MP muito bem-vinda, correta, e que desejou que ela se estenda, por que não deseja que um órgão ambiental aja de uma forma tão irresponsável. Outro ponto trazido pelo Sr. Coordenador do subcomitê Oeste foi um parecer do IBAMA, mencionado por ele em reunião anterior, no qual, em 02/09/2004, nove anos atrás, o IBAMA questionou o licenciamento ambiental da dragagem, e o Sr. Sergio Ricardo reforçou que jamais poderia ser licenciado pelo INEA, sendo de competência, pela Lei 7661, do gerenciamento costeiro, do órgão Federal, ou seja, do IBAMA. Argumentou que foi isso que deixaram de fazer na CSA, que removeram metais pesados, e que considerava crime deixar oito mil pescadores da Baía de Sepetiba sem renda, na zona oeste do rio de Mangaratiba e de Sepetiba. O Sr. Sergio Ricardo deixou, também, uma cópia do parecer do IBAMA para a memória do CBH-BG reafirmando que tal parecer identifica os pontos assinalados na reunião pelo MPE: inconsistência, omissão de informação e etc. Para finalizar, informou que complementando a segunda questão: a Ilha dos Pescadores. Afirmou ser nordestino e ficar indignado quando vê



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

pescador no Estado do Rio de Janeiro passando fome, sem trabalho por causa da irresponsabilidade do órgão ambiental. Afirmou que em nenhum momento desrespeitou nenhum técnico do IBAMA, nem do INEA e que a Direção da Secretaria do Meio Ambiente do Estado e do INEA não se dão ao respeito. Informou que em julho faleceram quatro catadores do antigo lixão de Itaoca, de fome e de doença, que está tudo informado na internet. Afirmou que isto se deu por causa do que considera a irresponsabilidade do INEA, que só pensa no interesse econômico e no interesse das grandes corporações. Afirmou que naquela semana havia falecido a Dona Marta, moradora da zona leste de Santa Cruz, que lutava contra a poluição da CSA, morreu de doença pulmonar. E que no dia anterior, havia falecido um senhor no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ameaçado de remoção, por causa de irresponsabilidade dos órgãos ambientais. Em sua visão, os pobres do Rio de Janeiro estão morrendo por causa de uma política ambiental que só presta para os interesses econômicos. Terminou sua intervenção destacando que são 9 (nove) as licenças ambientais na Baía de Guanabara e perguntou se a suspensão da dragagem se estende a um ponto, ou atinge as outras oito licenças. Segundo o Sr. Sérgio Ricardo, não foi feita a prévia qualificação dos estudos e do solo contaminado do fundo da Baía de Guanabara para saber se o fundo da Baía, nesses pontos que estão sendo dragados, está cheio de metais pesados: mercúrio, zinco, chumbo e outros. No fundo, argumentou, são nove licenças que o INEA deu, que não poderia ser feito, deveria ter sido feito pelo IBAMA. Informou que está tudo protocolado junto ao órgão ambiental, aos MPs Estadual e Federal e ao IBAMA. Informou também sobre a existência de uma ação civil pública ambiental do Rio de Janeiro em que ele acompanha dois temas. Retornou ao assunto do volume dragado na Baía de Guanabara e informou aos conselheiros do CBH-BG que as nove licenças ambientais indicam a dragagem de um volume de, aproximadamente, 7,8 milhões de m³. até 2015. Retornou à sua pergunta se a extensão do licenciamento ambiental da dragagem é para as nove licenças. Considerou que a atuação da FAPESCA como órgão prejudicou a balneabilidade das praias, a pesca e etc. e tal. E em sua segunda questão se referiu a solicitar ao CBH-BG que encaminhe ao MP um pedido para que, no mínimo, sejam feitas compensações aos pescadores; isso é previsto na legislação, mas nessa licença isso não aconteceu; nem o direito à informação. Considerou que o assunto e o debate vieram em boa hora, parabenizou a todos, e conclamou o CBH-BG para que se mobilizasse para que haja concurso público visando a ampliação do quadro técnico do INEA e do GATE/MPF para que o Rio de Janeiro possa ter um órgão que defenda o interesse da sociedade. Enfatizou junto à Procuradora Federal e ao Promotor Público estadual presentes que, em sua visão, o órgão ambiental do estado está vendido ao interesse do capital e isso está não só destruindo as Lagoas, as restingas, as Bafas no estado; para ele, o mais grave é ter as pessoas morrendo. E, voltando-se à representante do INEA na Plenária, a Sra. Gláucia Freitas, afirmou que não tinha nada contra os outros técnicos, muito pelo contrário; e concluiu que se a sociedade tem acesso a essa informação aqui, é porque isso veio de servidores públicos que estão sendo constrangidos. Por fim, lembrou a todos a nota da ASSIBAMA - Associação dos Servidores do IBAMA-, que está no *website*, que fala que o servidor público do INEA e do IBAMA do Rio de Janeiro está passando por um assédio moral. Explicou seu ponto de vista afirmando que se um técnico der um parecer com a dragagem, com esses interesses econômicos predominando, o técnico "vai para gaveta". E esta é uma exclusão profissional, é uma pessoa que fica dentro do órgão mas excluída. E, segundo ele, há servidores públicos do IBAMA, do INEA e nos órgãos do Município



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

que procuram a sociedade civil, os pescadores e falam: "eu fui contra, eu quis corrigir o rumo, quis que tivesse o direito à precaução, o direito à prevenção, mas o meu chefe, que está no bolso das empreiteiras, das grandes internacionais...". Denunciou ser este quadro grave e solicitou que se investigasse os pareceres, sendo que muitos desses pareceres, em sua opinião, vêm todos dos escritórios de advocacia que defendem as empresas. E propôs que o CBH-BG apoiasse sua proposta de enviar ao Cerhi-RJ e à Assembleia Legislativa, que em setembro iria analisar o orçamento do estado, posição a favor da ampliação dos quadros técnicos do MP, da GAEMA e do GAT para que eles possam defender a lei ambiental e o direito coletivo. Despediu-se e o Sr. Roberto, coordenador do subcomitê Leste tomou a palavra e também agradeceu a presença dos MPs federal e estadual. Informou que na reunião da CT foram apresentados o projeto de saneamento do Município de Cachoeira de Macacu e o projeto de recuperação da Bacia do Guapi- Açú, e que gostaria de solicitar uma reunião extraordinária para o CBH-BG deliberar sobre esse assunto. Completou informando que há uma proposta de Resolução do CBH-BH para a discussão da questão da barragem, que foi apresentada na Câmara Técnica, e que o Sergio Ricardo mandou uma resolução para o CBH-BG e o Sr. Roberto assinalou que gostaria que fosse apreciada nessa reunião extraordinária. Seguindo a ele, a Sra. Flávia Lanari retomou a palavra e informou que o subcomitê Maricá está elaborando um mapa de impactos ambientais sobre os recursos hídricos na área de atuação do subcomitê de Maricá. O mapa foi subdividido em dois e será feito um mapa marcando a pressão demográfica dos condomínios e todas as maracutaias, segundo ela. Afirmou que se deve fazer EIA se for acima de certa metragem e aí o que se faz usualmente é partilhar em vários pequenos empreendimentos para não se fazer o EIA, mas o impacto está lá. Informou que vai haver um mapa da parte demográfica e um mapa dos impactos de empreendimentos, projetos e indústrias e etc. nos recursos hídricos. Sugere que todos os subcomitês façam o mesmo, e no caso do SC Leste e do SC Oeste que são muitos amplos, que estes façam por Bacias dos rios principais. Acredita que cada Bacia deve ser um marco com esses impactos de forma a ajudar a todos a entender a história das bacias, ajudar aos próprios MPs que olham para essas situações e até como um instrumento de argumentação com os órgãos ambientais, a tal sinergia. O Diretor-geral, Sr. Jaime Azulay, informou que àquela altura da reunião não havia mais quórum para decidir mais nada e que a pauta havia sido sacrificada, porém, houve uma explicação detalhada do MP sobre temas deliberados pela Plenária. Dito isso, passou a palavra para o fechamento do evento, primeiramente para o Promotor José Alexandre Mota (MPE). Este agradeceu a todos, e informou que havia feito anotado todos os comentários da Sra. Katia Vallado, do Sr. Sergio Ricardo, da Sra. Suzana Barros e da Sra. Flávia Lanari. Informou que aprendeu muito na reunião, assim como acreditava que os técnicos do GATE/MPE também haviam aprendido com as intervenções que foram feitas, tanto a questão da compensação ambiental -interessantíssima colocação, disse ele-, quanto o estudo que o LAGEMAR tem atualizado. E principalmente, afirmou o Sr. José Alexandre Mota (MPE), pela questão da oceanografia, para saber os estudos de dispersão, a genealogia marinha; essas questões vão para análise e afirmou que o MPE não quer adotar uma postura de gabinete. Informou que sobrevoou a região com o helicóptero do agrupamento aéreo marítimo de Niterói no domingo (e informou à plenária que o relatório está disponível) e procedeu a uma inspeção aérea sobre uma embarcação até mesmo para ver se o monitoramento está sendo feito corretamente. Informou que filmou e documentou o descarte, -até mesmo da abertura da balsa- e entrou em contato com o



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

INEA, inclusive, solicitando informações a este sobre a realização de como é realizado o monitoramento pelo INEA: da origem ao destino. Acrescentou que o monitoramento por GPS também é inserido no inquérito civil. O parecer foi concluído e estão avaliando qual a estratégia a ser adotada. Dito isto, valorizou a parceria com o CBH-BG e afirmou que por mais que a atividade empresarial e econômica seja importante, o custo ambiental não pode ser repassado para a sociedade, ele precisa ser absorvido pelo empreendedor. Lembrou que uma vez que o EIA-RIMA está no capítulo do Meio Ambiente da Constituição do Brasil, é o meio ambiente que deve ser objeto de destaque e de tutela. E a atividade econômica, mesmo sendo importante, deve considerar um estudo de alternativas; e que no próprio EIA-RIMA deve-se observar que não traga prejuízos irreversíveis pela sua atividade. Ressaltou que tal perspectiva não é ideológica, mas uma visão embutida no sistema de calibração dos interesses do próprio licenciamento e que o meio ambiente seja a referência, e que seu objetivo como MPE não é paralisar tudo por paralisar, mas simplesmente apontar as observâncias das Normas Ambientais. Informou que havia sido convidado para ir à plenária do Comitê no dia anterior a esta, e colocou-se à disposição para as próximas discussões e agradeceu a atenção de todos. O Diretor-Geral do CBH-BG agradeceu a presença do Sr. José Alexandre Mota (MPE) e informou que enviaria a ele o calendário de reuniões do CBH-BG. O Diretor-Geral convidou a Sra. Tatiana Pollo, do MPF, para manifestar-se. Esta agradeceu o convite, e afirmou que o Comitê é a concretização do princípio da gestão descentralizada e da solidariedade em matéria ambiental, que exige que todos participem das questões ambientais, não só os órgãos ambientais, como a sociedade, as comunidades, inclusive o MP. Afirmou que o Comitê tem que ser ouvido pelo INEA, esta é uma imposição legal, uma vez que o Comitê integra o Sistema Nacional de Gerenciamento Hídrico, sendo previsto na lei, então, não é uma elucubração, e sim, uma imposição legal, afirmou. E completou assinalando que a importância do Comitê é inegável. Informou que não havia preparado nada, pois quem deveria estar presente era outra Procuradora que vai participar mais ativamente das reuniões. Solicitou que fosse incluída na pauta do CBH-BR, em reunião ordinária ou extraordinária, a questão da barragem do Rio Guapi-Açu, assunto sobre o qual ela pode falar por ser a área que ela atua, no DRM de São Gonçalo que abarca Cachoeiras de Macacu, local onde a barragem está sendo questionada. Relembrou que o principal questionamento é a forma como a questão tem sido tratada sem a participação do próprio Comitê, sem a participação da sociedade, derrubando planos de gerenciamento dos recursos hídricos. Explicou que para o MP a Baía de Guanabara está incluída no conceito de mar territorial, então, é um bem da União, e o MP Federal pode agir em defesa desse bem, assim como o MP Estadual também pode agir dentro das suas atribuições. Ressaltou que ela estava ali para reafirmar a importância desse debate e dizer que o MP está atuante e atento a esses problemas, que todos estes foram devidamente registrados por ela e vão ser repassados; e que o MP está sempre de portas abertas para qualquer um que tenha qualquer demanda. Dito isto, agradeceu a todos. Retomando a palavra, o Diretor-Geral agradeceu a presença da Sra. Tatiana Pollo reforçando que a presença dos MPs Federal e Estadual na plenária fortalece a importância do CBH-BG. Informou a ela que já houve uma representação ao MP sobre o Guapi-Açu e o representante da SEA (Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro) foi ao Comitê para apresentar o projeto que estava, àquela época, em fase de estudo sobre a melhor solução a ser adotada. O Diretor-Geral completou informando que a SEA estava aberta a novas propostas, caso se prove que há uma alternativa melhor. Informou



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG

que o CBH-BG iria disponibilizar este estudo e que o enviaria para ela também, para que ela pudesse comparecer na próxima reunião. Sugeriu que fosse convidado, também, o Sr. Antonio da Hora, da SEA, para que as duas partes estejam na plenária para conversar sobre o assunto, de forma que cada lado possa apresentar o seu argumento. Relembrou que o representante da SEA já esteve em plenária anterior do CBH-BG apresentando o projeto e não houve qualquer tipo de manifestação. Reafirmou que o Bota-Fora é uma discussão que está caminhando, e sobre o Guapi-Açu, ele já havia enviado ofício para a presidente do INEA, e o INEA veio ao Comitê explicar e, segundo o Diretor-Geral, falta agora juntar todo mundo aqui e dizer: "olha, você está no projeto, você é responsável pelo projeto do Bota-Fora". O que se tem a fazer, destacou, é arranjar solução, e considerou uma boa ideia a proposta do Sr. Sergio Ricardo de compensação ambiental aos pescadores, pois são recursos que entram para o CBH-BG para que este faça ações de caráter de interesse. Informou que na reunião de Câmara Técnica do CBH-BG, o Sr. Antonio da Hora (SEA) fez a apresentação, e foi um bom debate e, inclusive, o Sr. Antonio da Hora se propôs a rever suas posições desde que haja estudo, e por isso apresentou uma proposta de fazer um estudo mais aprofundado. O Sr. Diretor-Geral informou que dentro do Plano de Recursos Hídricos, que já existe desde 2004, é prevista a barragem de regulação, onde se revê outras ações em perda de recursos hídricos, e que isso havia sido discutido, inclusive, com o coordenador da CTAP, que é engenheiro projetista da CEDAE, que entende de projetos da distribuição de água e de esgoto. Relatou que na última reunião, na semana anterior, o CBH-BG redigiu um parecer solicitando que o processo seja paralisado para poder dar chance a que esses estudos sejam mais aprofundados. E finalizou informando que a Resolução do CBH-BG que ele propõe vai ao encontro do que a Sra. Tatiana Pollo havia falado. Dito isto, passou a palavra ao Diretor-Administrativo, Sr. Ediel Caldas dos Santos, que valorizou o momento de transparência do CBH-BG, que significa, para ele, a vontade para a mudança na questão dos recursos hídricos. Indaga à Sra. Tatiana Pollo se ela acredita ser uma questão cultural, e afirmou que se deva evitar a judicialização e, talvez, demandar mais as câmaras técnicas do MP. O Sr. Ediel Caldas dos Santos encaminhou duas perguntas à Sra. Tatiana Pollo. A primeira foi relativa ao tipo de punição que os entes públicos receberiam se continuarem a não observar a intervenção prévia do Comitê de Bacia. E a segunda pergunta, relativa à observância da questão prévia dos Comitês se seria uma questão cultural pelo fato do estudo de Bacia ser um fato novo. A Sra. Tatiana Pollo respondeu a ele que a questão não é cultural, e sim, legal, por que existe uma previsão legal e os princípios da participação, da solidariedade, da gestão descentralizada são previstos para serem concretizados. Saliu que uma das formas de concretização é a presença efetiva dos Comitês, e as audiências públicas; enfim, não é uma questão cultural, é uma questão legal. Considerou relevante dar maior publicidade à existência, à importância e à função desses Comitês. Em relação à questão das sanções, a Sra. Tatiana Pollo informou que depende de cada caso, e que no caso de flagrante desrespeito em que se observa uma série de prejuízos por conta desse desrespeito, e há um pleito no sentido contrário à licença, considera-se que é cabível a anulação de uma licença concedida dessa forma. O Sr. Diretor-geral do CBH-BG novamente agradeceu a presença da representante do MP Federal e estendeu o convite para que ela também atuasse junto ao Comitê Guandu, no que ela replicou que dependia de receber o convite para ir lá. Um representante do Subcomitê Oeste, Sr. Valter Luiz, solicitou uma intervenção para informar que houve reuniões no SC Oeste em 17 de julho e 14 de agosto, no entanto, havia problemas de participação



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

dos municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti, e que isso acaba esvaziando todas as propostas do Subcomitê. O Diretor-Geral do CBH-BG informou ao Sr. Valler Luiz que existe a proposta de visita itinerante para ser feita nos Municípios da bacia hidrográfica começando por Nova Iguaçu, mas isto não havia ficado bem agendado, houvera um desencontro. E que este tema seria retomado imediatamente para haver visitas a todos os subcomitês, e também fazer a publicidade do Comitê, conforme a Sra. Tatiana Pollo mencionou. Ressaltou ser importante o CBH-BG apresentar aos prefeitos a relevância da participação, até para alavancar recursos. Destacou que não se vai resolver o problema da bacia hidrográfica, mas é possível alavancar recursos e que quando se sabe que há recursos, aparece o interesse, então, para ele, a única forma do CBH-BG elaborar o seu plano de bacia é dando prioridade ao Comitê para demandar o que seja necessário. Informou que a diretoria do CBH-BH está estudando o fluxograma do Comitê para que as posições faltantes sejam complementadas com maior rapidez.

5. Articulação para participação do CBH-BG na Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, do CNRH; O Diretor-Geral expôs a importância do Comitê Bacia de Guanabara em integrar a CT Costeira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e explicou que está articulando esta participação tão logo esta CT retorne aos trabalhos, considerando que a CEDAE já participa da CT.

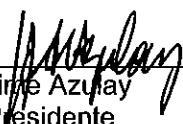
6. Criação de GT entre CBH-BG e Chesapeake Bay (EUA) : O Diretor-Geral informou que está articulando, juntamente com a SEA, a criação de um GT entre o Comitê Bacia de Guanabara e a Baía de Chesapeake (EUA).

7. Andamento da Operacionalização da Delegataria: o Diretor-Secretário, Sr. Alexandre Braga, relatou os procedimentos adotados pela Diretoria para operacionalizar a AGBG, em especial, para que ela possa ser considerada pelo INEA como habilitada para poder assinar o contrato de gestão de forma a atender as Resoluções INEA nº,13,14,16,27,44,45 e 82 que disciplinam os procedimentos para que o INEA a reconheça em suas funções de Agência de Água. Para tanto, explicou que graças às gestões realizadas pelo Diretor-Geral do CBH-BG, a Agência de Desenvolvimento do Rio -AD-Rio- contratou com recursos não públicos uma consultoria para desenhar o Plano Operacional da AGBG, que tem um prazo de 90 dias para estar concluído. Como primeira etapa deste trabalho, serão organizadas reuniões do consultor contratado com cada subcomitê esperando recolher destes colegiados as expectativas em relação à entidade delegataria. A princípio, estão marcadas as seguintes datas: 10/09 Itaipu, 11/09 Leste, 12/09 Oeste, e 13/09 Jacarepaguá, restando, ainda, a confirmação de data do SC Lagoa Rodrigo de Freitas. Informou que o propósito é os subcomitês sejam a unidade a definir o que precisa ser feito em cada sub-bacia. O Sr, Carlos Viveiros informou que havia se comprometido com o Diretor-Secretário a marcar uma reunião entre o SC que ele coordena e o consultor Paulo Bidegain. Como ele não estaria presente na 31ª reunião da Plenária do CBH-BG, perguntou qual seria a relação entre a entidade delegataria, o INEA, o CBH-BG, o Sr. Paulo Bidegain e a ADR-Rio. O Sr. Diretor-Secretário informou que passara para o Sr. Carlos Viveiros naquele dia uma cópia do contrato que chegara naquele dia, e informou que o Sr. Paulo Bidegain é um consultor técnico contratado pela ADR-Rio junto a empresa Masterplan em uma contratação que não envolve recursos públicos, sejam do INEA, ou do CBH-BG. O propósito é se ter a AGBG já com Plano Corporativo de forma que ela exerça as funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica da Bacia de Guanabara, e esteja com todos os requisitos legais cumpridos, uma vez que o Estatuto já foi aprovado pela nossa



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

Plenária. A Sra. Gláucia Freitas Sampaio, Diretora-Administrativa do CBH-BG, solicitou a palavra para proceder a um esclarecimento adicional. Informou que o trabalho de consultoria irá estabelecer um plano de ação para dar maior efetividade às atribuições do CBH-BG e para que se consiga congregar as empresas que serão as signatárias. E o Sr. Diretor-Secretário, Alexandre Braga, deverá solicitar a todos os coordenadores de subcomitês datas disponíveis para que este profissional converse com eles. No futuro será produzido um relatório, que sairá em 90 (noventa) dias. Havendo o documento, o CBH-BG buscará os parceiros que vão integrar essa Associação para que efetivamente ela seja registrada, e depois haja um contrato assinado com o Órgão Gestor, e ela se torne a entidade delegatária que foi deliberada por esse Comitê. E ressaltou que este procedimento tem sido paulatinamente explicado a todos do CBH-BG. O Diretor-Geral retomou a questão da realização de uma reunião extraordinária com a proposta inicial de discutir o assunto da dragagem de Cachoeiras de Macacu e informou que vai discutir o assunto na Diretoria e marcar uma data que possa atender a todos, prometendo que avisaria, sempre, com 10 dias de antecedência. Salientou ser importante que a reunião extraordinária seja feita no local onde está sendo proposta a intervenção, pois fortalece o Subcomitê Leste. Agradeceu a presença dos que ficaram até o final da reunião, complementado pelo Diretor-Administrativo, Sr. Ediel Caldas dos Santos, que salientou que o CBH-BG havia dado um grande passo em defesa da Baía de Guanabara. O Diretor-Geral parabenizou a todos e encerrou a reunião. E não havendo nada mais a tratar, o Diretor-Geral deu por encerrada esta reunião, sendo este documento apreciado pelo Diretor-Secretário, e esta ata, depois de aprovada será assinada pelo Diretor Geral do Comitê da Bacia Hidrográfica da Bacia de Guanabara, Sr. Jaime Teixeira Azulay.



Jaime Azulay
Presidente

LISTA DE PRESENÇA DE MEMBROS DO CBH-BG

FIPERJ: Ana Carolina Liozzi (substituta); INEA: Gláucia F. Sampaio (titular); Pref. Municipal de Guapimirim: Luiz Fernando Saraiva da Silva (titular), Antonio Carlos B. Cunha (substituto); Município de Cachoeiras de Macacu: João Alberto A. Ribeiro; Pref. Municipal de Rio de Janeiro: Alexandre de Bonis (titular); Pref. Municipal de Magé: Maria Aparecida de Resende (substituta), Pref. Municipal de São João de Meriti: Marcelle Marques; Nova Cedae: Jaime Teixeira Azulay (titular); Águas de Niterói: Cláudia Barros (titular); RJ Refresco Rio de Janeiro Refrescos Ltda: José Carlos dos Santos Perrou (titular); Fecomercio: p/p Nilton Pereira; Clube Naval: Carlos Buarque Viveiros da Silva (titular); Colônia de Pescadores Z13: Pedro Marins (titular); Apalma: Flávia Lanari (titular); Movimento Pro-Restlinga: Izidro Paes Leme Arthou (titular); CCRON: Alexandre Carlos Braga (titular); IBG: Dora Hees de Negreiros (titular); OMA-Brasil: Néelson Rodrigues dos Reis Filho (suplente); Rede Greenbelt: Ediel Caldas dos Santos (titular); Redes da Maré: Alberto Aleixo de Souza (titular); Bicuda Ecológica: Rejany Ferreira dos Santos (substituta); IBDA: José Miguel Silva (substituto); Olhar do Mangue: Sergio Ricardo (titular); ABES-RJ: José Alfredo C. Sertã (titular); Amar Barra: Claudio Torres Carvalho (titular).



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE
GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E
JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

LISTA DE PRESENÇA DE CONVIDADOS

Instituto Rio Carioca: Roberto Machado; Colônia Z-7: Otto Sobral, Aurivaldo J.Almeida, Julio Cezar Araújo, Sergio A. de Andrade Filho; Ministério Público Federal: Tatiana Pollo Flores, Marcio Luis Ferreira; Ministério Público Estadual: José Alexandre M. Mota; Gate Ambiental/Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: João Ricardo, Simone Monlina; Gaema/Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: Tatiana Moraes; Subcomitê Jacarepaguá/CBH-BG: Suzana Barros; Subcomitê CLIP/CBH-BG:Katia Vallado; Sindicato Rural de Cachoeiras de Macacu: Rolf Dieringer; Fapesca-RJ: André L.do E. Santos; Águas de Niterói: Marcia Freiberg; Câmara Municipal: Fernando do A.Murta; Associação Barragem-Não: Gustavo Henrique; Vereadora do Município do Rio de Janeiro: Leila do Flamengo; Fiperj: maximinop.res@msn.com.

ATA APROVADA NA 32ª. REUNIÃO ORDINÁRA, EM 27/02/2014

24.02.2014 STF